

**UM TIPO SINGULAR DE DESEMPREGO MASSIVO: O CASO DOS
FLAGELADOS DAS SECAS NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO****Renato Duarte [*****1. Introdução**

O Nordeste brasileiro caracteriza-se por apresentar grande heterogeneidade nos aspectos geoeconômicos. Historicamente, o meio físico teve forte influência na ocupação demográfica e econômica do território daquela região. A irregularidade pluviométrica, a diversidade edáfica e a estrutura fundiária encontram-se entre os fatores que mais decisivamente influenciaram os tipos e a localização das atividades econômicas ali praticadas (ANDRADE, 1963: 3-47). Cerca de metade do chamado *Nordeste da SUDENE*, cuja área é de 1.760.661 km² (SUDENE, 1988: 8), tem características típicas das zonas semi-áridas. Desde os primórdios da ocupação humana da região, há registros de que a zona semi-árida do Nordeste é submetida episodicamente à catástrofe natural representada por prolongadas estiagens. Aquele desastre natural - o único, entre os que atingem o Brasil, a se converter em calamidade pública, em intervalos de tempo mais ou menos regulares - assume graves proporções devido à incapacidade da sua população de se prevenir para o enfrentamento do próximo e inevitável desastre (DUQUE, 1973: 33). Essa incapacidade tem causas diversas, que se materializam na pobreza da maioria dos seus habitantes. Devido à prática secular da agricultura de subsistência em condições físico-climáticas adversas como as do semi-árido nordestino, a da seca dizima as colheitas, esgota as reservas de água de superfície, debilita ou leva à morte, por inanição, os animais.

Nessas condições, as camadas mais pobres da população, tanto rurais quanto urbanas, ficam sem quaisquer meios de subsistência, passando a depender da ajuda governamental para sobreviver, quando não decidem emigrar para as áreas urbanas do próprio Nordeste ou para outras regiões do país. Mesmo assim, calculava-se em cerca de 18,5 milhões de pessoas (das quais 8,6 milhões viviam na zona rural), a população da zona semi-árida no ano de 2000, distribuída em uma área de aproximadamente 882.081 km²[\[1\]](#).

2. Seca e Desemprego Massivo

A última grande seca a atingir o Nordeste ocorreu nos anos de 1998-1999. A situação de penúria provocada por dois anos de estiagem prolongada levou à indigência a quase totalidade da população rural e grande parte dos moradores das periferias das áreas urbanas da zona semi-árida. Algumas características das condições de acesso à terra e das relações de trabalho predominantes no setor agropecuário daquela sub-região fazem com que a maioria dos agricultores se enquadrem, quer na categoria de minifundiários ou pequenos proprietários, quer na de trabalhadores sem terra (diaristas, trabalhadores temporários, parceiros, meeiros, moradores ou ocupantes de terras alheias). Os grandes proprietários, além de representarem uma minoria, possuem nos seus estabelecimentos rurais fontes de água como poços, cacimbões, açudes, cisternas, barreiros etc. (DUARTE, 2002: 141-142). Em termos de ocupação da mão-de-obra, uma seca rigorosa deixa os pequenos e miniproprietários rurais inermes, os trabalhadores assalariados sem função, e os parceiros, meeiros e moradores relegados à própria sorte. Ocorre, assim, um fenômeno quase instantâneo de desemprego em massa. Para evitar uma catástrofe, sucessivas

administrações federais têm feito uso de políticas emergenciais de socorro, através da distribuição de alimentos e de água (em caminhões-pipa), e da abertura de frentes temporárias de trabalho, principalmente.

O século XX foi marcado, no Nordeste, por outras secas de grandes proporções (1915; 1932; 1951-1953; 1958; 1970; 1979-1983; 1993 e 1998-1999). Como se vê, foi grande a variabilidade nos intervalos entre a ocorrência das secas, na duração da estiagem e, como revelam os registros estatísticos, nos prejuízos causados à economia regional e à população atingida. A seca de 1970 foi uma das mais desastrosas, a ponto de o então presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, ter chorado diante do quadro de sofrimento humano que presenciou ao visitar algumas áreas afetadas por aquela catástrofe. A seca de 1970 ensejou, também, a realização de uma ampla pesquisa, em que foram estudados os aspectos climáticos, econômicos e sociais do fenômeno (BRASIL.MINTER, 1973: 267p.). Em 1979-1980, foi feita uma pesquisa abordando os efeitos econômicos e sociais, tendo sido enfatizados estudos de caso de famílias vitimadas por aquela seca (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 1983: 420p.). Aquelas pesquisas revelaram, no tocante à vitimização da população, os impactos acima descritos em relação ao desemprego e às privações materiais sofridas por milhões de sertanejos.

Ao chegar o mês de dezembro, a grande maioria das famílias que vivem da agricultura de subsistência já não dispõe de reservas de alimentos. Por isso, o retardamento das chuvas - que começam a cair em dezembro ou janeiro, dependendo da área dentro do território semi-árido - provoca inquietação no povo sertanejo. Os quatro ou cinco meses a serem percorridos até a primeira colheita, o iminente esgotamento das pastagens para os rebanhos e, em muitos casos, a dificuldade de acesso à água para o consumo humano e dos animais, costumam gerar grande preocupação entre aquela gente^[2]. Em março de 1998, a situação de calamidade decorrente das poucas e mal distribuídas precipitações já estava claramente caracterizada. Enquanto as autoridades constituídas retardavam o reconhecimento do **estado de calamidade**, a imprensa nacional veiculava matérias e divulgava cenas que provocavam comoção em todo o país: agricultores assando palma forrageira para alimentar a família, crianças caçando calangos para comer, mulheres caminhando quilômetros para transportar, na cabeça, vasilhames cheios de água barrenta. A essas cenas comoventes e humilhantes, somavam-se outras, reveladoras do desespero de grupos de pessoas famintas saqueando feiras livres, caminhões e armazéns do governo federal onde havia estoques de alimentos, inclusive de merenda escolar. Igualmente comovedoras eram as cenas em que chefes de família se despediam de mulher e filhos, ao partirem em busca dos difíceis empregos que lhes assegurassem o ganho a ser enviado àqueles que ficaram dependendo do sucesso da sua "aventura". Essa situação, cada vez mais freqüente nos dias de hoje, é sem dúvida surpreendente, tendo-se em vista a reconhecida escassez de oportunidades de trabalho em todas as regiões do país no decorrer da última década, e seguramente ainda mais escassa para um agricultor analfabeto ou de baixíssima escolaridade. Esse fenômeno originou a expressão "viúvas da seca", que é auto-explicativa.

3. O Desemprego na Seca de 1998-1999

Finalmente, no mês de junho de 1998, o governo federal, através do Ministério da Integração Regional, lançou o Programa Federal de Combate aos Efeitos da Seca (PFCES), no qual estava inserido o Programa Emergencial de Frentes Produtivas (PEFP), que chegou a inscrever 1,2 milhão de trabalhadores em 1.235 municípios do Nordeste e das áreas dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo atingidas pela seca (BRASIL.SUDENE, 1998: 19). O PEFP podia alistar mais de um membro da família, da seguinte forma: um em famílias com até cinco pessoas; dois em famílias constituídas de seis a 10 membros; três em famílias de mais de 10 integrantes. O salário pago aos alistados no PEFP, para uma jornada de trabalho de 27 horas semanais, era de R\$ 80,00 (cerca de US\$ 69.00 em julho daquele ano), valor que correspondia a 61,5% do salário

mínimo vigente. O programa previa que, dos R\$ 80,00 pagos a cada alistado, R\$ 65,00 proviriam do governo federal e R\$ 15,00 dos governos estaduais. Apenas o governo do Estado do Piauí não cumpriu com esse acordo. Somente com o pagamento dos salários dos trabalhadores inscritos no PEFP, o governo federal despendeu, no período de junho de 1998 a maio de 2000, a quantia de R\$ 1.053.657.327,00. O total de recursos alocados pelo governo central foi de R\$ 2.179.127.033,00 distribuídos em diversos programas ou atividades em que se destacavam, pelos dispêndios previstos, os seguintes: linha especial de crédito do Banco do Nordeste (R\$ 450 milhões); distribuição de cestas de alimentos (R\$ 351,8 milhões); abastecimento de água em caminhões-pipa (R\$ 77,6 milhões); perfuração de poços e compra de dessalinizadores (R\$ 71 milhões); distribuição de sementes e aquisição de materiais para as frentes produtivas (R\$ 67,4 milhões); capacitação/alfabetização de alistados no PEFP (R\$ 64,7 milhões) (SUDENE, 2001: 14).

Já a partir do mês de maio, o governo federal iniciara a distribuição de cestas de alimentos nos 1.235 municípios atendidos pelo PFCES, através da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com recursos do Programa da Comunidade Solidária (PCS). De acordo com informações daquele programa, foram distribuídas 40 milhões de cestas[3] entre os meses de maio de 1998 e maio de 2000 (SABINO, 2002: 144). Pelo tamanho da população atingida, pela dimensão da área afetada e, sobretudo, pela sua natureza recorrente, talvez o desemprego em massa causado pelas secas no Nordeste constitua uma das maiores ondas de desemprego em massa registradas neste Hemisfério. Como já foi mencionado, é a natureza daquele fenômeno que este artigo pretende revelar e analisar, dentro dos limites do espaço disponível nos periódicos científicos.

É importante registrar, a esta altura, a contribuição dada à atenuação dos efeitos sociais das secas pelo pagamento mensal de um salário mínimo aos beneficiários da Previdência Rural, que somavam, em todo o Nordeste, 2,7 milhões de pessoas, em 1998. O volume mensal pago pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) à população rural do Nordeste em 1998 alcançava um valor próximo dos R\$ 545 milhões[4]. Se em períodos de inverno normal os recursos financeiros transferidos já representam uma importante política de alívio à pobreza na zona rural nordestina, em períodos de seca eles contribuem para mitigar a fome de milhões de sertanejos. Isso fica evidenciado no fato de o PEFP apresentar uma transferência considerável de recursos está, no entanto, longe de beneficiar a totalidade da população flagelada pela seca[5]. As conseqüências humanas daquele desastre natural só não assumem proporções catastróficas devido à variedade dos atenuantes (transferências da Previdência Rural, Programa da Comunidade Solidária, distribuição de alimentos pelas administrações federal, estaduais e municipais, emigração temporária, atuação de entidades filantrópicas etc.), que constituem, tão-somente, medidas compensatórias para os elevados níveis de pobreza existentes na zona semi-árida - e não somente ali, como é amplamente sabido.

3.1. Alguns Resultados da Pesquisa de Campo

Em 1998, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) solicitou à Fundação Joaquim Nabuco (FJN) um estudo sobre aspectos socioeconômicos daquele desastre natural, ainda em curso. O autor deste trabalho assumiu a tarefa de coordenar a pesquisa e elaborar o relatório final, só agora publicado sob forma de livro (DUARTE, 2002: 280p), devido à intempestiva e equivocada extinção da Sudene, na opinião deste autor. Interessam, para os objetivos deste artigo, as informações relativas ao desemprego, a sua amplitude e as medidas tomadas para a atenuação dos seus efeitos. A pesquisa foi realizada durante o mês de fevereiro de 1999, no auge, portanto, dos efeitos da seca. O trabalho de campo foi realizado nos cinco Estados mais afetados pela estiagem prolongada: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Foram selecionados três municípios em cada Estado[6], tendo-se usado como critério basilar a intensidade da estiagem naquelas áreas. Afigura-se desnecessário, para os objetivos deste artigo, o detalhamento dos critérios metodológicos da pesquisa, que, de resto, estão detalhadamente

descritos no livro acima mencionado. Parece ser suficiente, neste momento, informar que foram aplicados 650 questionários entre os trabalhadores alistados nas frentes de trabalho (rebatizadas, em 1998, de Frentes Produtivas de Trabalho) e 55 fazendeiros das mesmas áreas (como se verá adiante, estes últimos foram incluídos na pesquisa para que se tornasse possível a análise dos impactos diferenciados da seca sobre pessoas pertencentes a distintos estratos econômicos. A seguir, serão analisadas algumas das informações colhidas nos 15 municípios pesquisados, que se mostram úteis para a compreensão do fenômeno de que trata este artigo.

Quadro 1
Condição na Ocupação Principal e Área Disponível, para o Plantio, pelos Alistados no PEFP

Condição na Ocupação	Nº de Inform.	%	Área para Plantio (em há) (a)	Nº de Inform. (b)	Média em ha (a/b)
Proprietário	205	33,7	1.820	204	8,92
Posseiro	13	2,1	24	13	1,85
Parceiro/Meeiro	159	26,1	1.428	158	9,04
Assalariado	12	2,0	11	3	3,53
Arrendatário	14	2,3	57	14	4,06
Diarista	91	14,9	8	8	1,00
Empreiteiro	5	0,8	1	1	1,00
Morador	34	5,6	150	34	4,41
Ajudante de Família	65	10,7			
Colono (Projeto)	11	1,8	75	10	7,50
TOTAL	609	100,0	3.573	445	8,03

Fonte: Pesquisa direta da FJN, fevereiro de 1999.

As informações apresentadas no Quadro 1 são importantes para o conhecimento do perfil ocupacional dos entrevistados e para a percepção dos fatores condicionantes do **flagelo** das secas. Ressalta, de pronto, na análise do Quadro 1, o fato de a categoria ocupacional mais presente na amostra, a dos proprietários rurais, dispor, em média, de menos de 9 ha de terra para plantar. A área média acessível aos entrevistados com todas as ocupações presentes na amostra era ainda menor: 8,03 ha. A total insuficiência dessa área média pode ser melhor entendida se se considerar que, de acordo com a Embrapa Semi-Árido, nas condições ambientais predominantes naquela sub-região, para se obter a viabilidade econômica de uma unidade produtiva familiar, seria necessária uma área de, no mínimo, 100 ha (GUIMARÃES FILHO, et alii, 1995:11). O Quadro 1 revela ainda que, qualquer que fosse a condição de acesso à terra e de relação de trabalho dos entrevistados, a quantidade de terra disponível para o cultivo era extremamente pequena. Constata-se, na amostra dos alistados no PEFP em 1968-1999, como a falta do "entitlement" - para usar o conceito de Amartya Sen - representado pela insuficiência de terra agricultável relaciona a pobreza permanente com o desemprego massivo e episódico provocado pelas secas[7].

A pesquisa procurou captar a extensão das perdas da agropecuária, indagando dos entrevistados quais haviam sido os quantitativos relativos à sua unidade produtiva nos anos de 1998 e 1997, este caracterizado por inverno normal. O Quadro 2 mostra a redução drástica nas áreas colhidas das cinco principais lavouras cultivadas no semi-árido nordestino: feijão, milho, arroz, algodão e mandioca. Os números apresentados no Quadro 2 são, por si, eloqüentes. Como se vê, a redução na produção da mandioca foi de 94,8%, do algodão de 92,0%, do feijão de 76,9%, do milho de 76,8% e do arroz de 41,7%. A situação de indigência a que é levada a população rural do semi-árido nordestino pode ser melhor percebido se se leva em conta que, de acordo com os entrevistados, no ano de 1997 pouco mais de 56,0% do feijão, 58,7% do milho, 52,8% do arroz e 56,7% da mandioca produzidos haviam sido consumidos pelas respectivas famílias, o que vem comprovar a característica da agricultura para auto-consumo ali praticada.

Quadro 2
Área e Quantidade Colhidas pelo Alistados Antes e Depois da Seca

Produtos	Antes da Seca (1997)				Depois da Seca (1998)			
	Área Colhida (ha)	Nº Inf.	Produção (kg)	Nº Inf.	Área Colhida (há)	Nº Inf.	Produção (kg)	Nº Inf.
Feijão	479,35	342	117.576	353	170,30	152	27.107	155
Milho	541,31	318	222.623	325	150,93	125	51.630	126
Arroz	57,70	80	65.366	85	27,13	39	38.130	41
Algodão	12,52	10	9.528	9	2,91	4	762	4
Mandioca	5,06	5	9.220	5	1,71	1	482	1

Fonte: Pesquisa direta da FJN, fevereiro de 1999.

Depois do seu pedaço de terra, o item do patrimônio familiar mais prezado e valorizado pelas populações rurais do Nordeste são, compreensivelmente, os seus rebanhos, em especial os bovinos, caprinos e ovinos. A perda pela fome e pela sede, ou pela necessidade de vendê-los ou de abatê-los, costuma ser um recurso extremo a que os seus donos recorrem, em períodos de seca. O Quadro 3 apresenta a situação dos rebanhos possuídos pelos entrevistados em 1997 e no final de 1998, e as perdas mais importantes para a economia familiar dos entrevistados: 42,2% dos bovinos; 37,2% dos caprinos; 40,9% dos ovinos e 45,7% dos suínos. O Quadro 3 mostra também como a pecuária representa um indicador da pobreza das famílias **flageladas**, a julgar pelos reduzidos tamanhos médios dos rebanhos, mesmo antes das perdas provocadas pela seca.

Quadro 3
Rebanhos do Entrevistados Antes e Depois da Seca

Rebanhos	Antes da Seca (1997)			Depois da Seca (1998)		
	Quant. (a)	Nº Inf. (b)	Média (a/b)	Quant. (a)	Nº Inf. (b)	Média (a/b)
Bovino	514	84	6,12	297	84	3,54
Caprino	546	39	11,44	255	39	6,54
Ovino	428	27	15,85	253	27	9,37
Suíno	223	45	4,96	121	45	2,69

Fonte: Pesquisa direta da FJN, fevereiro de 1999.

A pesquisa procurou avaliar também o efeito da seca sobre o conjunto das famílias dos 650 entrevistados. Estes informaram que residiam nos seus domicílios, em fevereiro de 1999, 3.514 pessoas. O tamanho médio das famílias era, portanto, de 5,4 pessoas, praticamente igual às 5,3 pessoas identificadas pelo Censo Demográfico de 1991 nos núcleos rurais do Nordeste. De acordo com os entrevistados, residiam nos seus domicílios, em julho de 1997, 3.585 pessoas. As 71 pessoas a menos [8] registradas em fevereiro de 1999 resultavam, segundo eles, de um balanço formado por: 98 nascimentos, 31 adultos que se agregaram à família por matrimônio ou por retorno ao lar paterno, 53 adultos que deixaram a casa à procura de emprego, e sete óbitos. O número de pessoas ocupadas nos 650 domicílios, em julho de 1997, era de 1.447, o que dava uma taxa de ocupação de 41,2%. Ainda segundo os entrevistados, 93,3% das pessoas ocupadas nos respectivos domicílios dedicavam-se a atividades agrícolas e/ou pecuárias. Como as normas do PEFP permitia, em situações específicas, o alistamento de até 3 pessoas por domicílio, os entrevistados informaram que se encontravam alistadas nas frentes produtivas, além deles, mais 272 pessoas residentes nas suas casas.

O Quadro 4 contém informações importantes sobre a situação financeira das famílias dos 650 alistados no PEFP na época de realização da pesquisa. As informações apresentadas no Quadro 4 chamam a atenção, de imediato, para a pobreza das famílias cuja situação financeira está ali retratada. A renda média de R\$ 121,14 equivalia a um salário mínimo e a aproximadamente US\$ 100, ao câmbio da época. Além disso, se se dividir o valor da renda familiar total pelas 3.514 pessoas que residiam nos domicílios dos entrevistados, encontra-se uma renda **per capita** de apenas R\$ 16,92. Mesmo considerando-se que nas economias de subsistência a renda não-monetária desempenha importante papel nas condições de vida das pessoas, em períodos de estiagens prolongadas aquela contribuição se esvai junto com as perdas na agricultura e na pecuária. Ademais disso, o Quadro 4 revela o grande peso que tinham as transferências governamentais, visto que a massa salarial paga pelo PEFP representava 68,2% e os benefícios previdenciários constituíam 8,7% do total dos rendimentos informados. A situação de extrema pobreza - e, conseqüentemente, de vulnerabilidade ao fenômeno recorrente da seca - é revelado de uma forma tristemente expressiva nesse Quadro.

Quadro 4
Fontes das Rendas das Famílias dos Entrevistados

Principais Fontes de Renda	Total em R\$ (a)	Nº de Inf. (b)	Média em R\$ (a/b)
Salários do PEFP	40.600,00	393	103,30
Rendim. do Trab. fora da Agricultura	5.709,00	73	78,21
Rendim. do Trab. na Agricultura	4.192,00	73	57,42
Benefício da Previdência Social	5.161,00	37	139,49
Remessas de Familiares Ausentes	1.549,00	15	103,27
Venda de Animais	850,00	5	170,00
Donativos Recebidos	760,00	10	76,00
Venda de Bens e Imóveis	200,00	3	66,7
Outros	795,00	9	88,33
Renda Familiar Total	59.481,00	491	121,14

Fonte: Pesquisa direta da FJN, fevereiro de 1999.

	(15)	(10)	(10)	(10)	(7)	(3)	(55)
--	------	------	------	------	-----	-----	------

Fonte: Pesquisa direta FJN, fevereiro de 1999.

A análise do Quadro 5 mostra que somente 15 (27,3%) dos 55 entrevistados empregavam mão-de-obra assalariada. Havia uma concentração de trabalhadores diaristas nas propriedades com área entre 100 e 400 ha. As relações de produção pré-capitalistas (parceiros, meeiros, arrendatários) ocorriam em unidades produtivas de tamanhos diversos. Um número expressivo (44 entre 55) de fazendeiros não tinha moradores nas suas propriedades. Em anos de chuvas normais, os fazendeiros entrevistados contratavam mais mão-de-obra temporária do que permanente.

O Quadro 6 mostra que nas 116 propriedades, em 1997, o trabalho temporário era 3,5 vezes maior que o trabalho permanente, sendo as médias de 15,3 empregados temporários e 4,2 empregados permanentes em ano de inverno normal.

Quadro 6
Número de Empregados nas Fazendas, por Categorias de Trabalho, em Período de Inverno Normal - 1997

Intervalos de Área	Categorias de Trabalho								
	Permanente			Temporário			Total		
	(há)	Total	Inform.	Média	Total	Inform.	Média	Total	Inform.
100 - 150	22	16	1,4	166	16	10,4	189	16	11,8
151 - 300	28	13	2,2	203	13	15,6	231	13	17,8
301 - 500	37	11	3,4	177	11	16,0	216	11	19,6
501 - 1000	92	9	10,2	170	9	18,9	262	9	29,1
1001 ou +	52	6	8,7	125	6	20,8	177	6	29,5
Total	233	55	4,2	841	55	15,3	1.075	55	19,6

Fonte: Pesquisa direta da FJN, fevereiro de 1999.

O Quadro 7 apresenta a distribuição dos empregados permanentes e temporários nas propriedades dos 55 fazendeiros, no ano da seca. A observação desse quadro mostra, de imediato, a expressiva redução no número total de empregados entre o ano de chuvas normais (1997) e o ano de seca (1998). Essa redução ocorreu quase que exclusivamente na categoria dos trabalhadores temporários, cuja média por empregador caiu de 15,3 trabalhadores em 1997 para 7,0 em 1998, como se pode ver nos Quadros 6 e 7.

Quadro 7
Número de Empregados nas Fazendas, por Categorias de Trabalho, em Período de Seca - 1998

Intervalos de Área	Categorias de Trabalho								
	Permanente			Temporário			Total		
	(ha)	Total	Inform.	Média	Total	Inform.	Média	Total	Inform.
100 - 150	21	16	1,3	74	16	4,6	89	16	5,6
151 - 300	27	13	2,1	104	13	8,0	131	13	10,1

301 - 500	37	11	3,4	38	11	3,5	71	11	6,5
501 - 1000	98	9	10,9	93	9	10,3	188	9	20,9
1001 ou +	48	6	8,0	69	6	11,5	117	6	19,5
Total	231	53	4,2	378	55	7,0	595	55	10,8

Fonte: Pesquisa direta da FJN, fevereiro de 1999.

De acordo com as explicações oferecidas pelos fazendeiros entrevistados, a manutenção dos trabalhadores permanentes se deveu à necessidade de mão-de-obra para cuidar das propriedades, principalmente dos rebanhos, e também à conveniência de se manterem pessoas cuja capacidade de trabalho já era conhecida. Em relação à dispensa da mão-de-obra temporária, as justificativas apresentadas foram estas: 1) O PEFP absorveu boa parte daqueles trabalhadores ; 2) Inexistindo colheita, não havia como pagar aos trabalhadores assalariados, que constituíam a maior parte (25,9%) da mão-de-obra temporária dispensada, nem tampouco condições de reter os parceiros e meeiros, que representavam 16,7% dos temporários despedidos.

As informações aqui analisadas mostram a outra face do caráter abrupto e massivo do desemprego provocado pelas secas no semi-árido nordestino. Esse caráter é o da generalização do fenômeno, que não discrimina somente os trabalhadores proprietários (ou que trabalham em terras alheias), que cultivam pequenas áreas, mas também os empregados nas fazendas de maior dimensão econômica, os quais, ao serem despedidos, se tornem igualmente **flagelados**.

Como este artigo trata do fenômeno do desemprego quase instantâneo e de grande magnitude, e como o espaço aqui é limitado, não serão inseridos, nesta parte, os quadros contendo informações acerca da queda na produção agropecuária nas fazendas dos 55 entrevistados. Em poucas palavras, pode-se informar, no entanto, que a área total colhida de feijão, milho, arroz, algodão e mandioca diminuiu de 1.273,0 ha em 1997 para 674,0 ha em 1998, ou seja, -47,1%. A queda na produção física foi muito alta, sendo útil lembrar que um dos recursos adotados pelos fazendeiros para salvar os seus rebanhos em época de seca é o de deixarem os animais se alimentar das plantações. Essa é uma das explicações para o fato de as perdas dos rebanhos não terem sido tão grandes comparativamente àquelas sofridas pelos trabalhadores alistados no PEFP. De fato, segundo os 55 entrevistados, a redução nos seus rebanhos em 1998, em comparação com o ano anterior, foi de 23,9% dos bovinos, 11,8 dos ovinos, 9,3% dos caprinos. As causas apontadas para as perdas eram semelhantes àquelas mencionadas pelos alistados no PEFP. O que diferencia os alistados dos fazendeiros é o fato de estes, em sua maioria, contarem com alternativas econômicas, fora da agropecuária, para enfrentar as secas.

4. Considerações Finais

Este artigo, como sugere o seu título, abordou um fenômeno singular e raramente estudado, que são as ondas episódicas de desemprego em massa no interior do Nordeste, em consequência do desastre natural que é a seca. A calamidade social que se configura com os milhões de pessoas em situação de completa indigência, obriga as autoridades constituídas, particularmente o governo federal, a despender vultosas somas em programas de socorro àqueles que se convencionou chamar de **flagelados**. A pergunta feita por Albert Hirschman acerca do porquê da renitência com que milhões de pessoas permanecem em uma área sujeita a um desastre que se repete periodicamente - no mais das vezes trazendo consequências devastadoras - continua atual. Há quem enxergue nessa renitência a ação de poderosas forças telúricas. Apontam como evidências, a migração de retorno - que ocorre em pequenos números, como o comprova a série temporal que mostra as pequenas variações dos quocientes população ausente/população total - e a emigração

temporária durante as secas.

Para o autor deste artigo, a explicação é mais palpável: o mercado de trabalho no Brasil e a sua dinâmica. A insuficiência da demanda de mão-de-obra - mesmo a de trabalho desqualificado ou semiqualficado - no Nordeste e nas regiões de economias mais diversificadas e maduras parece ser a principal causa dessa resistência do sertanejo às adversidades climáticas da zona semi-árida. Parece plausível imaginar que, se no decorrer das três últimas décadas - para tomarmos como referência a rigorosa seca de 1970 - tivesse havido um persistente aumento das oportunidades de trabalho em todo o país, a dinâmica espacial das migrações teria apresentado uma intensidade e um padrão diferentes do que se verificou. A argumentação aqui apresentada baseia-se no pressuposto de que a população da zona semi-árida seria bem menor do que a atual, caso as oportunidades de ocupação produtiva em outras partes do Nordeste e do Brasil tivessem sido - e continuassem sendo - bem maiores do que são. Se assim fosse, a seca continuaria a ser um desastre natural episódico e incontornável, mas não seria, necessariamente, causadora de verdadeiras calamidades sociais.

5. Bibliografia

ANDRADE, Manuel Correia de. (1963): A terra e o homem no Nordeste. São Paulo, Editora Brasiliense.

BRASIL.MINTER. (1973): Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste. Recife, Sudene.

BRASIL. SUDENE. (1998): Manual das comissões municipais. Recife.

CARVALHO, Otamar de. (1988): A economia política do Nordeste - secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro, Editora Campos.

COELHO, Jorge. (1988): Tecnologia agrícola para o semi-árido brasileiro. Recife, Editora Massangana.

DELGADO, G. & CARDOSO JR. J. C. (orgs.). (2000): A Universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90. Brasília, IPEA.

DUARTE, Renato. (2002): Do desastre natural à calamidade pública: a seca de 1998-1999. Recife, FJN/ALP.

DUQUE, J. Guimarães. (1973): O Nordeste e as lavouras xerófilas. Fortaleza, Banco do Nordeste.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. (1983): A seca nordestina de 79-80. Recife (mimeo).

GUIMARÃES FILHO, Clóvis et alii. (1995): Sistema caatinga-buffel-leucena para a produção de bovinos no semi-árido. Petrolina, Embrapa-Cpatsa, Circular Técnica nº 34.

HIRSCHMAN, Albert. (1965): Política econômica na América Latina. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura.

[*] Ph.D. em Economia. Diretor do Departamento de Pesquisas Econômicas da Fundação Joaquim Nabuco.

- [1] Autores como COELHO (1988), GUIMARÃES FILHO et Alii (1995) e CARVALHO, entre outros, apresentaram pequenas diferenças nos cálculos que fizeram sobre a área do semi-árido. Este último autor realizou um cálculo exaustivo baseado na agregação de microrregiões homogêneas.
- [2] A propósito, o economista norte-americano Albert Hirschman, após demorada visita ao Nordeste brasileiro no início da década de 1960, publicou notável trabalho sobre os problemas da região. Causou-lhe admiração que, em suas palavras, "... grandes massas humanas hajam por bem viver numa área onde sabem que se expõem à completa perda dos seus meios de subsistência, por várias vezes no transcurso do seu termo de vida (HIRSCHAMN, 1965: 27).
- [3] Cada cesta era composta de 5 kg de arroz; 5 kg de feijão; 5 kg de flocos de milho (fubá); 3 kg de macarrão; 1 kg de farinha de mandioca; e 2 latas de óleo comestível. Dependendo do momento e da localidade, as quantidades e os itens das cestas podiam apresentar pequenas variações..
- [4] Esse cálculo foi realizado pelo autor deste artigo, multiplicando o número de beneficiários da zona rural do Nordeste pelo valor médio pago pelo MPAS, por domicílio, em 1998 (DELGADO G. & CARDOSO JR, J. C. orgs; 2000: 65 e 166).
- [5] Pesquisa de avaliação realizada pela Universidade Federal de Pernambuco durante a seca de 1998-1999, constatou que, em média, 10% da população rural de cada Estado fora alistada no PEFP (UFPE-FADE, 1999: 62).
- [6] Salgueiro, Ibimirim e Afrânio em Pernambuco; Cajazeiras, Catolé do Rocha e Conceição na Paraíba; Carnaúbas, Açú e São Miguel no Rio Grande do Norte; Campos Sales, Iguatu e Saboeiro no Ceará; Oeiras, Jaicós e Paulistana no Piauí.
- [7] Outro "entitlement" considerado por Sen, o da escolaridade, também apresenta forte conteúdo explicativo da pobreza dos alistados no PEFP, visto que apenas 40% sabiam ler e escrever, sendo os demais totalmente analfabetos ou analfabetos funcionais (DUARTE, 2002: 56-57).
- [8] À primeira vista, esse número parece pequeno face às informações divulgadas acerca do intenso êxodo característico dos períodos de seca. Deve-se ter em mente, a propósito, que as diversas políticas públicas implementadas contribuíram consideravelmente para a redução do êxodo. Além disso, a pesquisa ouviu os que permaneceram nos seus locais de origem, e não os que emigraram.